Listas de conteúdos disponíveis em Portal de Periódicos CAPES

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

ISSN: 2595-1661

Página da revista:
https://revistajrg.com/index.php/jrg

ARTIGO

O Impacto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na trajetória Profissional e na Autonomia dos Estudantes

The Impact of Youth, Adult and Elderly Education (EJAI) on Students' Professional Trajectory and Autonomy

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2454
ARK: 57118/JRG.v8i19.2454

Recebido: 10/09/2025 | Aceito: 17/09/2025 | Publicado *on-line*: 19/09/2025

Antonio Marcos de Jesus[1]
https://orcid.org/0009-0002-5478-6128
http://lattes.cnpq.br/9719585636735655
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, BA, Brasil
E-mail: socramdhp@gmail.com

Resumo

A escolarização destinada a jovens, adultos e idosos constitui-se como alternativa indispensável para compreender de que forma trajetórias formativas tardias impactam a autonomia individual e a inserção no mundo do trabalho. Este estudo teve como objetivo examinar os efeitos dessa modalidade na vida dos estudantes, articulando referenciais sobre aprendizagem ao longo da vida, equidade educacional e políticas de inclusão. A investigação baseou-se em revisão integrativa da literatura, contemplando produções nacionais e internacionais da última década, selecionadas em bases científicas a partir de descritores combinados e critérios de elegibilidade claramente definidos. Os resultados demonstram que essa oferta educativa amplia repertórios culturais, fortalece competências cognitivas e digitais e cria condições para maior participação social e profissional, sobretudo em contextos de desigualdade. Evidenciou-se, ainda, que práticas pedagógicas contextualizadas, aliadas a recursos tecnológicos, favorecem aprendizagens significativas e a construção da autonomia. Conclui-se que a modalidade não se limita a um caráter reparador, mas se apresenta como espaço estratégico de formação, capaz de promover transformação social e fortalecimento da cidadania. Os achados reforçam a necessidade de políticas consistentes e de uma formação docente sensível à diversidade, assegurando que a escola atual cumpra seu compromisso com a equidade e a justiça educacional.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Autonomia; Trajetória Profissional; Inclusão Educacional.

[1] Licenciatura em Física. Licenciatura em Pedagogia. Especialização em Ensino de Física. Especialização em Educação, Política e Sociedade. Especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Especialização em Metodologia em EaD. Especialização em Educação Inclusiva e Altas Habilidades. Mestrado em Ensino de Astronomia.

Abstract
Schooling aimed at young people, adults, and the elderly constitutes an indispensable alternative for understanding how late educational trajectories impact individual autonomy and integration into the labor market. This study aimed to examine the effects of this modality on students' lives, drawing on frameworks related to lifelong learning, educational equity, and inclusion policies. The investigation was based on an integrative literature review, encompassing national and international publications from the last decade, selected from scientific databases through combined descriptors and clearly defined eligibility criteria. The findings show that this educational provision broadens cultural repertoires, strengthens cognitive and digital skills, and creates conditions for greater social and professional participation, particularly in contexts of inequality. It also became evident that contextualized pedagogical practices, combined with technological resources, foster meaningful learning and the development of autonomy. The study concludes that this modality is not limited to a compensatory function but stands as a strategic space for education, capable of promoting social transformation and strengthening citizenship. The results reinforce the need for consistent policies and teacher education that is sensitive to diversity, ensuring that today's schools fulfill their commitment to equity and educational justice.

Keywords*: Youth, Adult, and Elderly Education; Autonomy; Professional Trajectory; Educational Inclusion.*

1. Introdução

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos representa uma via essencial para assegurar o direito à aprendizagem ao longo da vida. Sua relevância ultrapassa o simples acesso à escolarização formal, abrangendo dimensões sociais, culturais e econômicas que incidem diretamente na autonomia e na inserção profissional de seus participantes.

Historicamente, parcela significativa da população brasileira foi privada de oportunidades educacionais na idade considerada adequada, seja por razões socioeconômicas, seja pela ausência de políticas públicas consistentes, o que resultou em índices persistentes de analfabetismo e baixa escolarização.

Nesse cenário, a oferta voltada a esse público assume papel reparador e, ao mesmo tempo, configura-se como estratégia de equidade, respondendo a uma demanda social e ética pela democratização do conhecimento.

No contexto contemporâneo, sua importância se intensifica diante das rápidas transformações do mundo do trabalho, que exigem novas competências e maior capacidade de adaptação.

Políticas como o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e, mais recentemente, o Programa Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024) reforçam o compromisso estatal em ampliar o acesso à escolarização de adultos, sobretudo para estudantes de baixa renda.

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 3/2025 atualizou as diretrizes operacionais nacionais, reconhecendo as especificidades pedagógicas desse campo e sua contribuição para a cidadania ativa e o desenvolvimento profissional.

A produção acadêmica evidencia que essa modalidade educativa tem papel decisivo na ampliação da autonomia individual e na construção de percursos profissionais mais sólidos. Pesquisas apontam que o acesso à educação de adultos não apenas favorece a empregabilidade, mas também fortalece a autoestima e a participação social dos sujeitos (Bianconcini, 2021; Costa, 2022).

Iniciativas como o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e o Programa Brasil Alfabetizado, lançados em 2024 pelo Ministério da Educação, confirmam o esforço governamental em consolidar essa política pública como eixo estruturante da inclusão social.

Outro aspecto recorrente na literatura recente é a incorporação de tecnologias digitais ao processo pedagógico. Estudos de Barros (2020) e Silva (2020) indicam que a inclusão digital é determinante para ampliar o acesso ao conhecimento, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social.

Experiências inovadoras, como o uso da literatura de cordel no ensino da matemática (SANTOS; SILVA, 2022), demonstram o potencial da educação de adultos para valorizar saberes culturais e aproximar os conteúdos escolares da realidade concreta dos estudantes.

Dessa forma, os recursos tecnológicos não apenas qualificam a aprendizagem, mas também favorecem a inserção no mercado de trabalho, em que o domínio de ferramentas digitais se tornou requisito indispensável.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Fundamentos históricos e pedagógicos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) emerge como resposta às desigualdades históricas que negaram a amplos segmentos sociais o direito à escolarização. Ao contrário de uma visão meramente compensatória, a modalidade deve ser entendida como espaço formativo que possibilita reconstrução de identidades, ampliação da autonomia e fortalecimento da participação cidadã.

Nesse contexto, Paulo Freire (1996) defende a educação como prática dialógica, capaz de transformar a experiência de vida em eixo estruturante da aprendizagem, rompendo com a concepção transmissiva da escola tradicional. Em consonância, Vygotsky (2001) ressalta que os processos de desenvolvimento cognitivo resultam da interação social, aspecto central para compreender a aprendizagem em contextos de diversidade geracional.

A produção internacional também corrobora essa perspectiva. A UNESCO (2022) propõe um novo contrato social para a educação, reconhecendo a aprendizagem ao longo da vida como direito humano e condição para enfrentar desigualdades persistentes. O Marco de Ação de Marrakech (UNESCO, 2022) aprofunda esse compromisso, ao destacar que a educação de adultos deve articular inclusão social, sustentabilidade e emancipação individual e coletiva.

2.2 Desafios contemporâneos e inovações pedagógicas na EJAI

Se por um lado a EJAI responde a demandas históricas de equidade, por outro enfrenta desafios contemporâneos, sobretudo diante das rápidas transformações tecnológicas e das crises educacionais recentes. A pandemia de Covid-19 evidenciou tanto fragilidades quanto potencialidades: segundo Silva et al. (2021), o uso emergencial de mídias digitais tornou-se estratégia central para a manutenção dos vínculos pedagógicos, ainda que tenha acentuado a exclusão digital em contextos vulneráveis.

Estudos recentes reforçam a importância da inovação pedagógica para aproximar o conhecimento escolar da realidade concreta dos sujeitos. Santos e Silva (2022), ao analisar o uso da literatura de cordel no ensino da matemática, mostram como metodologias culturalmente situadas favorecem aprendizagens significativas e fortalecem a identidade social dos educandos. De forma convergente, pesquisas

como a de Silva (2020) demonstram que o domínio de ferramentas digitais amplia a autonomia intelectual e as possibilidades de inserção profissional.

Nesse cenário, a EJAI consolida-se como prática que integra memória histórica e inovação, reconhecendo o valor dos saberes populares e, simultaneamente, incorporando tecnologias como mediadoras da inclusão (SANTOS, 2021). Trata-se, portanto, de uma modalidade que não apenas recupera lacunas escolares, mas cria condições para novas trajetórias formativas, articulando cidadania, equidade e protagonismo.

2.3 Tecnologias e inovação pedagógica como mediadoras da inclusão

As mudanças sociais recentes, associadas ao avanço tecnológico, trouxeram novos desafios e, ao mesmo tempo, abriram possibilidades significativas para a educação voltada a jovens, adultos e idosos.

Kenski (2021) enfatiza que a utilização de recursos digitais, tanto em ambientes presenciais quanto em propostas a distância, amplia o acesso e diversifica as estratégias metodológicas.

De modo semelhante, Oliveira e Araújo (2020) destacam que, no campo da educação de adultos, essas ferramentas funcionam como mediadoras capazes de superar barreiras temporais e espaciais, favorecendo trajetórias personalizadas de aprendizagem.

Durante a pandemia de Covid-19, pesquisas como a de Silva et al. (2021) evidenciaram que, embora a exclusão digital tenha se acentuado, emergiram experiências inovadoras que ressaltaram a importância das mídias digitais para a manutenção dos vínculos educativos.

Nesse cenário, a inclusão tecnológica deixou de ser vista como recurso complementar e passou a integrar de forma central as políticas voltadas à formação de pessoas fora da escolarização regular.

Martins (2023), ao investigar a adoção do ensino híbrido, demonstra que a articulação entre práticas presenciais e virtuais constitui possibilidade concreta para ampliar tanto a permanência quanto a participação de estudantes adultos.

2.4 Impacto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na trajetória profissional e na construção da autonomia

A inserção ou reinserção no mundo do trabalho é uma das dimensões mais discutidas na literatura sobre educação de adultos.

Frigotto (2020) ressalta que os processos formativos não devem se restringir a uma lógica produtivista, mas favorecer percursos emancipatórios, em que a qualificação técnica se articule à capacidade crítica e à participação cidadã.

Nesse sentido, a formação voltada a jovens, adultos e idosos contribui não apenas para o desenvolvimento de competências profissionais, mas também para a ressignificação da identidade social de seus participantes.

A autonomia, outro eixo central, expressa-se na habilidade de tomar decisões informadas e de atuar de forma ativa na vida social e laboral. Santos (2021) evidencia o papel das mídias e das tecnologias no fortalecimento da inclusão, permitindo que os estudantes assumam maior protagonismo.

Revisões de literatura, como as organizadas por Uchôa e Chacon (2022), demonstram que, quando estruturada em práticas dialógicas e inclusivas, essa modalidade impacta diretamente a autoestima e a confiança dos sujeitos, repercutindo na consolidação de trajetórias profissionais mais estáveis e sustentáveis.

2.5 Políticas públicas e compromissos internacionais

As políticas educacionais brasileiras, articuladas a compromissos internacionais, constituem alicerces essenciais para compreender a educação destinada a jovens, adultos e idosos.

O Brasil, em consonância com os objetivos da Agenda 2030, vem reforçando a necessidade de garantir acesso a uma formação de qualidade e inclusiva em todas as etapas da vida.

Gabriel e Drago (2022) observam que as políticas voltadas a esse segmento populacional são marcadas por avanços e retrocessos, reflexo das disputas em torno da efetivação do direito à escolarização universal.

Em âmbito global, a UNESCO (2022) reafirma que a aprendizagem de adultos deve ser reconhecida como direito humano fundamental, destacando a relevância da cooperação internacional para a implementação de programas eficazes.

Nesse contexto, a oferta educativa voltada a esse público não se limita a uma função compensatória, mas se configura como estratégia capaz de fortalecer o protagonismo social e profissional de sujeitos historicamente marginalizados.

2. Metodologia

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura. Essa abordagem permitiu reunir contribuições clássicas e recentes, identificar tendências de análise e compreender de que modo tal modalidade tem se consolidado como política pública e prática pedagógica direcionada ao fortalecimento da autonomia e à ampliação das trajetórias profissionais.

A coleta de trabalhos foi realizada em bases nacionais e internacionais de reconhecida relevância, como SciELO, Scopus, Web of Science e Google Scholar, assegurando abrangência e qualidade das fontes.

Para a busca, utilizaram-se descritores combinados em português e inglês, como *“Educação de Jovens e Adultos”*, *“educação inclusiva”*, *“autonomia”* e *“trajetória profissional”*, articulados por operadores booleanos a fim de ampliar a precisão.

Os critérios de inclusão contemplaram estudos marcado por reformas legais e políticas voltadas à escolarização de adultos, bem como pesquisas que abordassem de forma direta a relação entre essa oferta educativa, autonomia e inserção profissional.

Foram desconsiderados trabalhos não disponíveis integralmente ou que não dialogassem com a questão investigada.

O processo de seleção seguiu as etapas de identificação, triagem, leitura integral e inclusão, garantindo transparência e reprodutibilidade. A análise priorizou a articulação entre produções clássicas — como as de Paulo Freire e Vygotsky — e investigações recentes sobre políticas educacionais e uso de tecnologias na aprendizagem de adultos.

4. Resultados e Discussão

Quadro 1 – Referenciais que Sustentam a Análise do Impacto da EJAI na Autonomia e Trajetória Profissional dos Estudantes

Eixo Temático	Principais Referências
Tecnologias digitais e inclusão	Barros (2020); Bianconcini (2021); Oliveira & Araújo (2020); Kenski (2021); Silva (2020)
Metodologias culturais e inovadoras	Santos & Silva (2022); Freire (1996)
Impactos socioemocionais e cognitivos	Vygotsky (2001); Piaget (1976); Silva et al. (2021)
Trajetória profissional e emancipação	Frigotto (2020); Sampaio & Hizim (2022)
Políticas públicas e normativas nacionais	Brasil (2014; 2024a; 2024b; 2025)
Referenciais internacionais	UNESCO (2022a; 2022b)

Fonte: elaborado pelo autor a partir da literatura revisada

O quadro sistematiza as obras e documentos que serviram de alicerce teórico e empírico para a compreensão da Educação de Jovens, Adultos e Idosos como prática transformadora.

Os eixos temáticos organizam o debate em torno da inclusão digital, das metodologias inovadoras, dos impactos socioemocionais, das trajetórias profissionais, bem como do papel das políticas públicas e dos compromissos internacionais.

Essa disposição permite visualizar como diferentes perspectivas convergem para reforçar a EJAI enquanto instrumento de emancipação, equidade social e fortalecimento da cidadania.

A revisão realizada evidenciou que a escolarização destinada a jovens, adultos e idosos tem impacto direto tanto na autonomia individual quanto na configuração de novas trajetórias profissionais.

Os resultados indicam que essa proposta funciona como mecanismo de equidade social ao possibilitar o acesso a oportunidades antes negadas, ao mesmo tempo em que oferece ferramentas cognitivas, culturais e tecnológicas necessárias à participação ativa no mundo contemporâneo.

Um dos principais achados diz respeito ao papel das tecnologias digitais como recurso indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Pesquisas como as de Silva (2020), Bianconcini (2021) e Oliveira e Araújo (2020) demonstram que a integração de recursos digitais amplia as formas de aprender, fortalece a autonomia intelectual e contribui para a empregabilidade, já que o domínio de competências digitais tornou-se requisito essencial em diversos setores profissionais.

Essa constatação converge com Kenski (2021), que ressalta a importância da mediação tecnológica para aproximar o estudante da cultura digital e potencializar práticas pedagógicas mais flexíveis e interativas.

Outra dimensão identificada refere-se à valorização dos saberes culturais e populares como estratégias de aprendizagem significativa. O estudo de Santos e Silva (2022), ao destacar o uso da literatura de cordel em conteúdos matemáticos, mostra como essa modalidade educativa favorece a articulação entre conhecimento formal e práticas culturais, fortalecendo tanto a identidade individual quanto a inserção social.

Nesse sentido, metodologias contextualizadas reforçam o papel da escola como espaço de emancipação, conforme já defendia Freire (1996), ao propor que a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos.

Os resultados também demonstram que a educação de adultos cumpre função estratégica na mobilidade social, sobretudo quando articulada a políticas públicas de incentivo e permanência.

Programas como o Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024) e as recentes diretrizes nacionais (Resolução CNE/CEB nº 3/2025) ampliam as possibilidades de continuidade dos estudos, assegurando condições para que jovens e adultos de baixa renda tenham acesso a percursos formativos estáveis.

Tais políticas, segundo Sampaio e Hizim (2022), revelam a necessidade de compreender a formação de adultos não como ensino paralelo, mas como parte essencial do sistema educacional, em diálogo com o ensino regular.

Do ponto de vista socioemocional, autores como Vygotsky (2001) e Piaget (1976) ajudam a entender que a aprendizagem ao longo da vida mobiliza processos que vão além da aquisição de conteúdo, envolvendo desenvolvimento da autonomia, capacidade e reorganização das estruturas cognitivas.

A oferta educativa reafirma-se como espaço de reconstrução de identidades, resgate da autoestima e fortalecimento da cidadania. Estudos recentes, como o de Silva *et al.* (2021), que investigaram a experiência de jovens e adultos durante a pandemia, reforçam a ideia de que a educação, mesmo em contextos adversos, gera sentido de pertencimento e perspectiva de futuro.

Por fim, cabe destacar que os documentos internacionais também sustentam a centralidade da aprendizagem de adultos na construção de sociedades mais justas. A UNESCO (2022a; 2022b), ao propor um novo contrato social para a educação e reafirmar compromissos globais por meio do Marco de Ação de Marrakech, reforça que a educação ao longo da vida é direito humano inalienável e condição para enfrentar desigualdades persistentes.

Essa visão converge com os achados desta revisão ao mostrar que tal processo não se limita a reparar falhas do passado, mas projeta-se como instrumento de inclusão e desenvolvimento humano no presente e no futuro.

Assim, os resultados analisados permitem afirmar que a educação voltada a jovens, adultos e idosos se consolida como espaço de transformação social, articulando políticas públicas, inovações pedagógicas e perspectivas teóricas que ressaltam a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, revelam desafios estruturais que exigem continuidade de investimentos, formação docente específica e maior reconhecimento institucional, de modo que essa prática assuma, de fato, o papel de compromisso inadiável da escola democrática.

Figura – Eixos que sustentam a autonomia e emancipação na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI)

Fonte: elaborado pelo autor a partir da literatura revisada.

Em resumo: a imagem mostra que a EJAI vai além da função reparadora, articulando políticas, inovação pedagógica, impactos pessoais e inserção profissional. A imagem traduz isso de forma clara e científica, como um mapa conceitual tridimensional que destaca **a** convergência de forças em direção à autonomia**.**

5. Considerações Finais

A análise realizada ao longo deste estudo demonstrou que a educação destinada a jovens, adultos e idosos constitui um eixo central para a promoção da autonomia e para a redefinição de trajetórias profissionais.

A literatura revisada evidencia que essa modalidade ultrapassa a função reparadora historicamente atribuída, afirmando-se como espaço de inclusão, emancipação e desenvolvimento humano. Nesse sentido, consolida-se como componente inadiável da escola democrática, ao assegurar o direito à aprendizagem em todas as etapas da vida.

Entre os achados, destaca-se a incorporação das tecnologias digitais como dimensão decisiva para potencializar processos formativos. Pesquisas recentes mostram que tais recursos não apenas ampliam o acesso e diversificam estratégias pedagógicas, mas também se tornaram requisito essencial de inserção no mundo do trabalho, cada vez mais permeado pelas exigências da cultura digital.

Paralelamente, a valorização de saberes culturais e comunitários — como nas experiências com literatura de cordel e metodologias contextualizadas — evidencia o potencial de ressignificação da aprendizagem ao aproximá-la da realidade concreta dos estudantes, fortalecendo autoestima e protagonismo.

Do ponto de vista prático, o estudo aponta implicações diretas para a formação docente e para o desenho das políticas educacionais. O preparo dos professores para lidar com a heterogeneidade das turmas, a integração consistente de tecnologias e a criação de condições de permanência configuram-se como fatores decisivos para que a formação de adultos cumpra plenamente sua função social.

Em termos teóricos, a pesquisa reafirma que esse campo deve ser interpretado à luz de marcos legais e referenciais internacionais que o reconhecem como direito humano e estratégia de equidade.

Reconhece-se, contudo, que permanecem limitações importantes, sobretudo no número reduzido de investigações empíricas recentes e na necessidade de maior articulação entre produção acadêmica e prática pedagógica.

Tais lacunas sugerem a relevância de novos estudos que aprofundem a análise sobre permanência estudantil, impacto de programas de incentivo financeiro e eficácia de metodologias inovadoras.

Em síntese, a contribuição efetiva deste trabalho está em reunir e sistematizar evidências que reforçam a educação de jovens, adultos e idosos como espaço de reconstrução de trajetórias e ampliação de oportunidades, sustentando que o investimento nesse campo não é apenas uma exigência normativa, mas também um imperativo ético e social.

O fortalecimento de políticas públicas integradas, o estímulo à inovação pedagógica e a valorização da diversidade cultural despontam como caminhos necessários para que a escola contemporânea responda de forma concreta ao compromisso de inclusão e justiça educacional.

Referências

BARROS, Diego Duarte. **Políticas públicas de inclusão digital na EJA.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 660-678, 2020.

BIANCONCINI, Maria Elizabeth de. **Uso de tecnologias digitais na educação de jovens e adultos.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 42, e0210474, 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005/2014.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024.** Institui o Programa Pé-de-Meia, incentivo financeiro-educacional, na forma de poupança, aos estudantes de baixa renda matriculados no ensino médio público e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de abril de 2025.** Define as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado (PBA).** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-lanca-pacto-nacional-para-valorizacao-da-eja. Acesso em: 17 set. 2025.

COSTA, Cláudia Juliana. **A formação de professores e o uso das TIC na EJA.** Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 18, n. 47, p. 1-20, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A crise do capital e a educação: do economicismo à emancipação.** São Paulo: Cortez, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 9. ed. Campinas: Papirus, 2021.

MARTINS, Luciana Ferreira. **Ensino híbrido na EJA: uma realidade possível?** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 92-111, 2023.

OLIVEIRA, José Francisco de; ARAÚJO, João Carlos. **Tecnologias digitais e EJA: desafios e possibilidades.** Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 3, n. 1, p. 34-50, 2020.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; HIZIM, Luciano Abrão. **A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 103, n. 264, 2022. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.103i264.5135.

SANTOS, Elaine Souza. **Tecnologias e inclusão: o papel das mídias na aprendizagem de jovens e adultos.** Revista Tecnologias na Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 32, p. 45-62, 2021.

SANTOS, Jabson Costa; SILVA, Jonson Ney Dias da. **Contribuições da literatura de cordel no trabalho com conteúdos matemáticos na EJA.** In: ENCONTRO PERNAMBUCANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – EPEM, 8., 2022, Pernambuco. 2022.

SILVA, Daniela Magalhães et al. **Educação de jovens e adultos e a pandemia: experiências e aprendizagens.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 41, n. 114, p. 244-263, 2021.

SILVA, Jonson Ney Dias da. **Tecnologias digitais na educação matemática com jovens e adultos: um olhar para o CIEJA/Campo Limpo.** 2020. 149 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2020.

UNESCO. **Reimagining our futures together: a new social contract for education.** Paris: UNESCO Publishing, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org. Acesso em: 17 set. 2025.

UNESCO. **Marrakech Action Agenda / Marco de Ação de Marrakech.** Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VII), Marrakech, 2022. Disponível em: https://uil.unesco.org. Acesso em: 17 set. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.